

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	23.514
Preferenciais	38.896
Total	62.410
Em Tesouraria	
Ordinárias	16
Preferenciais	0
Total	16

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	101.375	104.075
1.01	Ativo Circulante	38.417	23.685
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.321	121
1.01.03	Contas a Receber	89	534
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	89	534
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	2	466
1.01.03.02.04	Outras	87	68
1.01.06	Tributos a Recuperar	179	179
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179	179
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.401	1.424
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	62.958	80.390
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	62.796	80.214
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	877	1.209
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	44.997	61.875
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	44.997	61.875
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.922	17.130
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	11.444	11.417
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	5.478	5.713
1.02.02	Investimentos	23	23
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	139	153
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	139	153

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	101.375	104.075
2.01	Passivo Circulante	28.696	29.519
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	434	400
2.01.01.01	Obrigações Sociais	84	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	350	298
2.01.02	Fornecedores	218	1.254
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	218	1.254
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	218	1.254
2.01.03	Obrigações Fiscais	161	165
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	161	165
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	143	131
2.01.03.01.05	Outras	18	34
2.01.05	Outras Obrigações	27.883	27.700
2.01.05.02	Outros	27.883	27.700
2.01.05.02.07	Credores por Recuperação Judicial	1.290	1.136
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	26.593	26.564
2.02	Passivo Não Circulante	636.374	619.630
2.02.02	Outras Obrigações	576.512	557.470
2.02.02.02	Outros	576.512	557.470
2.02.02.02.04	Provisão para Perda com Investimento em Controlada	573.824	554.874
2.02.02.02.05	Credores por Recuperação Judicial	2.688	2.596
2.02.04	Provisões	59.862	62.160
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.862	62.160
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	57.373	57.119
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.482	4.346
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7	695
2.03	Patrimônio Líquido	-563.695	-545.074
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	301.976
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	46.363
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	41.034
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-923.080	-904.459
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	11.279

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.346	-49.405
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.026	-1.085
3.04.02.01	Honorários da Administração	-275	-306
3.04.02.04	Outras	-751	-779
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-372	-23
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-14	-16
3.04.05.02	Outras	-358	-7
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-18.951	-48.297
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-20.346	-49.405
3.06	Resultado Financeiro	-137	-44
3.06.01	Receitas Financeiras	371	165
3.06.02	Despesas Financeiras	-508	-209
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.483	-49.449
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.483	-49.449
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.862	-1.283
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	1.862	-1.283
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.621	-50.732
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,29398	-1,74442
3.99.01.02	PN	-0,29432	-1,40966
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,29398	-1,74442
3.99.02.02	PN	-0,29432	-1,40966

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.621	-50.732
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.621	-50.732

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.998	123
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.089	-347
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	-20.483	-49.449
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	14	16
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	18.951	48.297
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	-321	-39
6.01.01.08	Outras Provisões Operacionais	-2.250	828
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.091	470
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	349	1.543
6.01.02.05	Fornecedores	-1.036	-265
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	256	244
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	2.522	-1.052
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17.198	-2.191
6.03.01	Aumento de Capital Acionistas	0	5.016
6.03.03	Bônus de Subscrição Acionistas	0	15.097
6.03.05	Operações de Empréstimos com a Controlada Líquidos dos Valores Liquidados	17.198	-22.304
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.200	-2.068
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	121	2.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.321	535

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.621	0	-18.621
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.621	0	-18.621
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-923.080	11.279	-563.695

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.754	2.359	0	0	0	20.113
5.04.01	Aumentos de Capital	17.754	-12.738	0	0	0	5.016
5.04.08	Bônus de Subscrição	0	15.097	0	0	0	15.097
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.732	0	-50.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.732	0	-50.732
5.07	Saldos Finais	300.753	20.268	0	-535.596	11.279	-203.296

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	3	0
7.01.02	Outras Receitas	3	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-999	-452
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-999	-452
7.03	Valor Adicionado Bruto	-996	-452
7.04	Retenções	1.848	-1.299
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14	-16
7.04.02	Outras	1.862	-1.283
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	1.862	-1.283
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	852	-1.751
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-18.580	-48.124
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-18.951	-48.297
7.06.02	Receitas Financeiras	371	173
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-17.728	-49.875
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-17.728	-49.875
7.08.01	Pessoal	354	451
7.08.01.01	Remuneração Direta	276	308
7.08.01.02	Benefícios	4	37
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	1
7.08.01.04	Outros	74	105
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31	202
7.08.02.01	Federais	31	51
7.08.02.03	Municipais	0	151
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	508	204
7.08.03.01	Juros	39	32
7.08.03.03	Outras	469	172
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	469	172
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.621	-50.732
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.621	-50.732

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	284.521	333.193
1.01	Ativo Circulante	127.894	145.597
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.307	28.603
1.01.03	Contas a Receber	6.566	14.860
1.01.03.01	Clientes	2.836	7.333
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.730	7.527
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	3.233	6.662
1.01.03.02.02	Outras Contas de Fornecedores	324	620
1.01.03.02.04	Outras	173	245
1.01.04	Estoques	26.172	45.649
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.627	33.309
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	55.627	33.309
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.795	1.749
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	156.627	187.596
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	49.523	73.832
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.003	1.381
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	48.520	72.451
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	26.545	26.406
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	20.503	44.579
1.02.01.10.06	Outros	1.472	1.466
1.02.02	Investimentos	150	150
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	23	23
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	127	127
1.02.03	Imobilizado	106.954	113.614
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.867	12.082
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	96.087	101.532

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	284.521	333.193
2.01	Passivo Circulante	195.809	213.849
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.805	5.770
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.382	1.503
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.423	4.267
2.01.02	Fornecedores	75.961	104.394
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	75.732	104.148
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	75.732	104.148
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	229	246
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.187	1.190
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	418	578
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	309	386
2.01.03.01.05	Outras	109	192
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	772	595
2.01.03.02.01	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	252	92
2.01.03.02.02	Parcelamento de Tributos Estaduais	520	503
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	-3	17
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	59.242	52.816
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.309	31.740
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.309	31.740
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	19.933	21.076
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	19.933	21.076
2.01.05	Outras Obrigações	53.584	48.682
2.01.05.02	Outros	53.584	48.682
2.01.05.02.05	Arrendamento Operacional	10.792	5.609
2.01.05.02.08	Adiantamento de Clientes	531	1.993
2.01.05.02.09	Credores por Recuperação Judicial	11.623	10.384
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	30.638	30.696
2.01.06	Provisões	1.030	997
2.01.06.02	Outras Provisões	1.030	997
2.01.06.02.05	Programa de Fidelização de Clientes	1.030	997
2.02	Passivo Não Circulante	652.454	664.463
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	213.862	223.861
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	120.252	124.280
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	120.252	124.280
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	93.610	99.581
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	93.610	99.581
2.02.02	Outras Obrigações	194.380	193.454
2.02.02.02	Outros	194.380	193.454
2.02.02.02.04	Credores por Recuperação Judicial	188.945	187.559
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos Estaduais	754	865
2.02.02.02.07	Outros	4.681	5.030
2.02.04	Provisões	244.212	247.148
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	244.212	247.148
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	217.315	224.998
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.587	8.666

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	19.310	13.484
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-563.742	-545.119
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	301.976
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	46.363
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	41.034
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-923.080	-904.459
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	11.279
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-47	-45

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	23.401	136.682
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços	24.108	141.265
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-707	-4.583
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.884	-85.925
3.03	Resultado Bruto	3.517	50.757
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.027	-88.494
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.197	-43.770
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.589	-24.173
3.04.02.01	Honorários da Administração	-482	-584
3.04.02.04	Outras	-7.107	-23.589
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.223	12.764
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.464	-33.315
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-4.930	-16.012
3.04.05.02	Outras	-1.534	-17.303
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.510	-37.737
3.06	Resultado Financeiro	-7.975	-11.716
3.06.01	Receitas Financeiras	937	991
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.912	-12.707
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.485	-49.453
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.485	-49.453
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.862	-1.283
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	1.862	-1.283
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-18.623	-50.736
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-18.621	-50.732
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2	-4
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,29398	-1,74442
3.99.01.02	PN	-0,29432	-1,40966
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,29398	-1,74442
3.99.02.02	PN	-0,29432	-1,40966

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-18.623	-50.736
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-18.623	-50.736
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-18.621	-50.732
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2	-4

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.650	-976
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.491	-8.089
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	-20.485	-49.453
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	5.186	17.166
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	93	-120
6.01.01.04	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	-24	2
6.01.01.05	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	5.822	9.991
6.01.01.08	Provisão para Perda de Valor Recuperável	-315	6.260
6.01.01.09	Outras Provisões Operacionais	-864	12.769
6.01.01.10	Perda (reversão) com Obsolescência de Estoque	6.096	-4.704
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-159	7.113
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	4.404	13.743
6.01.02.02	Estoques	13.381	17.195
6.01.02.03	Outros Ativos Operacionais	5.147	11.017
6.01.02.04	Fornecedores	-28.433	1.247
6.01.02.06	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	0	-295
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	2.820	-34.742
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	2.522	-1.052
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	24	-2.089
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	0	-2.089
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	24	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.670	-602
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-7.670	-20.715
6.03.04	Aumento de Capital Acionistas	0	5.016
6.03.05	Bônus de Subscrição Acionistas	0	15.097
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.296	-3.667
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.603	20.464
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.307	16.797

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.621	0	-18.621	-2	-18.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.621	0	-18.621	-2	-18.623
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-923.080	11.279	-563.695	-47	-563.742

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677	-12	-172.689
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677	-12	-172.689
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.754	2.359	0	0	0	20.113	0	20.113
5.04.01	Aumentos de Capital	17.754	-12.738	0	0	0	5.016	0	5.016
5.04.08	Bônus de Subscrição	0	15.097	0	0	0	15.097	0	15.097
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.732	0	-50.732	-4	-50.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.732	0	-50.732	-4	-50.736
5.07	Saldos Finais	300.753	20.268	0	-535.596	11.279	-203.296	-16	-203.312

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	34.204	153.471
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.074	140.827
7.01.02	Outras Receitas	10.223	12.764
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-93	-120
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.176	-139.744
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.889	-86.947
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.972	-52.795
7.02.04	Outros	-315	-2
7.02.04.01	Despesas Operacionais	-315	-2
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.028	13.727
7.04	Retenções	-3.325	-18.247
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.187	-16.964
7.04.02	Outras	1.862	-1.283
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	1.862	-1.283
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.297	-4.520
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	937	1.432
7.06.02	Receitas Financeiras	937	1.432
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-360	-3.088
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-360	-3.088
7.08.01	Pessoal	7.409	25.962
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.518	19.254
7.08.01.02	Benefícios	1.576	2.757
7.08.01.03	F.G.T.S.	503	1.383
7.08.01.04	Outros	812	2.568
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.639	8.217
7.08.02.01	Federais	930	5.184
7.08.02.02	Estaduais	401	1.641
7.08.02.03	Municipais	308	1.392
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.215	13.469
7.08.03.01	Juros	5.991	9.154
7.08.03.02	Aluguéis	503	421
7.08.03.03	Outras	2.721	3.894
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	2.721	3.894
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.623	-50.736
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.621	-50.732
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2	-4

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Saraiva”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o primeiro trimestre (1T21).

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao primeiro trimestre (1T21) comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Durante os últimos 15 anos a Companhia passou por diversos processos de transformação. Desde a aquisição da Siciliano S.A., em 2008 pelo Varejo, a Saraiva investiu no fortalecimento de sua marca e crescimento de sua operação, ampliando seu número de lojas, a atuação de seu canal de e-commerce, e a gama de produtos oferecidos, sempre com foco em nosso cliente, que sempre foi fiel à marca.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do País no campo econômico com repercussão significativa nas operações da Companhia. A Companhia adotou, nos últimos anos, várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e, com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação para o Varejo, conquistando, no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, e no segmento de Volta as Aulas. Outras medidas emergenciais foram realizadas no início de nov/ 2018, na construção de um plano de reestruturação visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento; as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários; a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito; e a importante queda de faturamento gerada por problemas originados na implementação do novo sistema de gestão, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Em decorrência do agravamento dessa situação, julgamos que a apresentação do pedido de recuperação judicial, em nov/2018, era a medida mais adequada no contexto da crise no mercado editorial, reflexo do cenário econômico do País. O objetivo da operação foi proteger o caixa, fazendo com que a Companhia retomasse sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Companhia intensificou as negociações com seus principais credores tendo como objetivo estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do plano de recuperação judicial, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios. Continuamos obtendo importantes avanços em relação aos períodos anteriores por meio de iniciativas como:

Readequação do mix de produtos: descontinuamos as categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro. Esta revisão de categorias nos possibilitou, ainda, uma redução adicional do quadro de funcionários da Companhia, além do encerramento de 2 Centros de Distribuição.

Redução de Despesas Operacionais: renegociação e revisão de nossos principais contratos com fornecedores de serviços, redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício, e revisões e otimizações na malha logística, adequando nosso sistema de abastecimento ao novo mix de produtos. Em nossa Sede Social, reduzimos o custo por meio do adensamento dos andares ocupados.

Comentário do Desempenho

Reestruturação do Parque de Lojas: priorização de unidades de maior rentabilidade com EBITDA maior que 5,0%, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao novo mix de produtos da Companhia. No período, evoluímos na negociação com Shoppings, onde, por meio de parcerias, podemos otimizar o espaço das unidades e aumentar a rentabilidade sem a necessidade de grandes investimentos.

Migração da Plataforma de e-commerce: Visando mitigar as inconsistências do e-commerce, iniciamos, em abr/19, a implementação de uma nova plataforma, com sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado anteriormente, o que contribui para melhora na performance e aumento da taxa de conversão do site.

Abastecimento de Produtos: Após o ajuizamento da Recuperação Judicial a Companhia, com apoio e parceria de nossos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, nossa principal linha de atuação.

No entanto, mesmo cumprindo os pagamentos à fornecedores e bancos determinados pelo Plano de Recuperação Judicial, todas as medidas adotadas pela Companhia ainda não foram suficientes para concretizar as perspectivas de crescimento e geração de caixa, fazendo com que os resultados projetados para os próximos anos ficassem abaixo das expectativas inseridas na projeção do Plano de Recuperação aprovado.

Diante deste cenário, e dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19) que nos obrigaram a fechar temporariamente 100% de nossas lojas físicas em mar/20 reduzindo drasticamente nosso faturamento, como medida imediata de preservar o caixa, a Companhia apresentou solicitação, deferida pelo juiz do processo de Recuperação Judicial, para apresentação de um Plano Aditivo aderente a nova realidade da economia do País, de modo a prevenir-se dos impactos trazidos pela pandemia e preservar sua atividade operacional.

O primeiro aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo), submetido ao juiz da Recuperação Judicial em 03 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. O Plano Aditivo tem como objetivo viabilizar o pagamento aos credores e o sucesso do processo de recuperação judicial, além de garantir a manutenção da fonte produtora, o emprego de seus colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica no País. Como alternativa para viabilizar a liquidação de parte substancial do passivo, o aditivo prevê três medidas principais: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPI's, quais sejam, operações de lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano. As alternativas trazem um meio de geração de fluxo de caixa para a manutenção das atividades da Companhia e o pagamento dos Credores, Credores Extraconcursais e Credores Pós-Concursais.

Em paralelo, a Companhia continua a implementação do Plano de Ação para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos necessários à perenidade dos negócios da Companhia. Tal plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em fevereiro e março de 2020 e baseado nos seguintes projetos:

Nova gestão de abastecimento: Modelo descentralizado de abastecimento, por meio do envolvimento dos fornecedores e com redução de custos de logística;

Full-Ecommerce: Foco nas ações de marketing e análise de rentabilidade com equipe especializada em e-commerce, privilegiando operações de vendas com volumes menores e maiores margens;

Otimização Back-Office: Nova solução de sistemas, processos e equipes com maior eficiência para redução de custos fixos e despesas administrativas;

Reestruturação do parque de lojas: Encerramento de operações de lojas com baixa rentabilidade e onde não foram exitosas as negociações com as administradoras de shoppings, com o aproveitamento do estoque dessas unidades e a consequente redução no custo de aquisição de mercadorias para os próximos períodos. No ano de 2020 a Companhia encerrou 34 unidades de baixa perspectiva de geração de valor.

As mudanças mencionadas acima, aprovadas pelo Conselho de Administração, contribuirão para que a Companhia seja mais enxuta sem impactar negativamente a operação. Entre os principais impactos do novo plano de ação, podemos citar:

Comentário do Desempenho

Rentabilidade: Aumento da Margem Bruta, principalmente no canal de e-commerce, em detrimento da Receita Bruta, elevando os ganhos absolutos no Lucro Bruto e contribuindo para o aumento da rentabilidade da Companhia.

Despesas de Pessoal: Com uma operação reduzida em termos de faturamento consequentemente houve redução expressiva nas despesas de Pessoal da Companhia.

Despesas de Ocupação: Em relação às Lojas Físicas, renegociações com as administradoras de shoppings visando aumentar a rentabilidade das unidades. No escritório central a revisão e otimização do espaço com a devolução de alguns andares permitiu redução dos custos de ocupação a partir de mai/20

Desativação das operações do Centro de Distribuição: Em ago/20, a Companhia migrou sua operação de e-commerce para o modelo de full-commerce, em que todas as atividades do canal são realizadas diretamente por um parceiro comercial. Apesar de ocasionar um impacto inicial negativo nas vendas de set/20, a migração contribuirá para uma operação mais rentável e ágil no futuro.

Contratos com fornecedores não produtivos: Avaliamos exaustivamente todos os contratos vigentes com fornecedores não produtivos, permanecendo e renegociando apenas aqueles essenciais às atividades de negócio da Companhia.

Monetização de Créditos Tributários: Temos a perspectiva de monetização de créditos tributários entre o segundo e terceiro trimestres de 2021. Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R\$65 milhões, que serão monetizados pelos meios legais previstos no Regulamento do ICMS – RICMS SP.

Continuamos mobilizados para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

O exame das demonstrações contábeis realizados pela auditoria, não identificou deficiências de controles internos. A constatação da existência de controles internos sem falhas ou deficiências relevantes e a certificação do seu nível de segurança são fundamentais para a recuperação estruturada da Companhia.

A Administração, ciente da relevância dos desafios está empenhada para a realização do Novo Plano de Ação, que visa a manutenção da atividade operacional, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio.

Existe um desafio grande de mercado, mas confiamos plenamente na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída. Sabemos que será um processo intenso, na busca de um futuro promissor para a empresa e seus *stakeholders*, e contamos com o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores.

Comentário do Desempenho

Impacto Coronavírus - COVID-19

A Administração acompanha atentamente a todos os impactos do Coronavírus (COVID-19) na operação da Companhia, por meio de um Comitê interno específico, além de discutir periodicamente com o Conselho de Administração, sobre as medidas necessárias e os impactos na operação.

Neste cenário, o plano de contingência é focado em cinco pilares principais: (i) adotar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce, que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia. A partir disso, podemos destacar:

Lojas físicas: Devido à rápida evolução dos casos de COVID-19, e de grande parte das lojas estarem localizadas em shoppings e/ou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 23 de março de 2020 todas as nossas unidades foram fechadas. No início de agosto de 2020 contávamos com 48 unidades reabertas, mas grande parte com horário de atendimento reduzido. Entre fevereiro e abril de 2021, em decorrência de um novo avanço dos casos de COVID-19, dois terços das lojas da rede permaneceram fechadas e as demais, seguindo estritamente as normas de prevenção e segurança para redução de riscos de contaminação de clientes e colaboradores e de acordo com horários estabelecidos pelas autoridades estaduais e municipais. A manutenção das atuais medidas de restrição, deverão trazer novos impactos que ainda serão dimensionados pela Administração.

E-commerce: Continua operando normalmente e honrando o compromisso com nossos clientes. Além disso, foram realizadas ações promocionais para elevar o fluxo do canal.

Colaboradores: atuamos preventivamente para conscientização de todos os nossos colaboradores. Com o fechamento das lojas, todos os colaboradores foram liberados nas unidades. No escritório central restringimos o número de colaboradores ao mínimo indispensável à manutenção das atividades operacionais e adotamos o regime de trabalho remoto (*home office*), além da suspensão de viagens e reuniões presenciais e uma orientação extensiva aos funcionários por meio da disseminação de boas práticas contra o vírus e apoio à legislação trabalhista em vigor.

Geração de Receitas: Realizamos ações promocionais e de marketing e direcionamos as vendas físicas para o canal online.

Caixa: Diante do cenário atual, com nossas fontes de receitas fortemente impactadas, visando a manutenção e perenidade da operação, a Companhia adotou iniciativas para manutenção do caixa:

- **Revisão de contratos com fornecedores;**
- **Renegociação** de todos os **custos de ocupação** da Companhia;
- **Suspensão, renegociação** e, conseqüentemente, **reparcelamento** de **pagamentos** vencidos e a vencer;
- **Redução da Jornada de Trabalho** dos colaboradores do escritório central e de gerentes regionais de lojas físicas, pelo período previsto na legislação;
- **Suspensão do Contrato de Trabalho** dos colaboradores de lojas, durante o fechamento das unidades em função da pandemia;
- **Suspensão**, conforme permitido pelo Governo Federal, do **pagamento de FGTS** aos nossos colaboradores, pelo período previsto na legislação;
- **Revisão diária** das **projeções de vendas e despesas** para os próximos meses, visando proteção de impactos inesperados de Caixa.

Entendemos que o cenário no País se altera de modo acelerado e estamos nos adaptando rapidamente ao cenário ideal em meio à crise. Reiteramos nossa disposição para dispensar toda a atenção necessária à situação da Companhia e de nossos *stakeholders*, incluindo todos os riscos decorrentes da pandemia que poderiam resultar em perdas ou mudanças nas estimativas sobre os negócios.

Comentário do Desempenho

IMPACTOS NÃO RECORRENTES

Durante o primeiro trimestre de 2021 a Administração revisou as estimativas relacionadas a perda de valor recuperável dos ativos e provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas, entre outros ajustes realizados na operação, visando o aumento de rentabilidade, a seguir apresentados:

- Estoques: Provisão de obsoletos/truncados de R\$ 6,5 milhões com impacto negativo no CMV.
- Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias: R\$ 2,9 milhões positivo nas Despesas.
- Outros impactos: R\$ 4,9 milhões positivo nas Despesas.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 1T21, 1T21 e 4T20, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação - 1T21 (R\$ MM)	1T21 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	1T21 Ajustado
Receita Bruta	24.108		-	24.108
Impostos	(707)		-	(707)
Receita Líquida	23.401	-	-	23.401
CMV	(19.884)		6.450	(13.434)
Lucro Bruto	3.517	-	6.450	9.967
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>15,0%</i>			<i>42,6%</i>
Despesas Operacionais	(11.097)	(7.035)	(8.169)	(26.300)
EBITDA	(7.580)	(7.035)	(1.719)	(16.334)
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-32,3%</i>			<i>-69,8%</i>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(12.905)	7.035	-	(5.870)
Resultado Financeiro Líquido	(7.975)	2.461		(5.514)
Depreciação e Amortiz.	(4.930)	4.573		(357)
Lucro/Prejuízo antes do IR	(20.485)	-	(1.719)	(22.204)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	(20.485)	-	(1.719)	(22.204)
Participação minoritária	2			2
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	(20.483)	-	(1.719)	(22.202)
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	1.862			1.862
Lucro (Prejuízo) Líquido	(18.621)	-	(1.719)	(20.340)
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-79,6%</i>			<i>-86,9%</i>

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- Aumento de 5,5 p.p na Margem Bruta do 1T21 em comparação com o 1T20.
- Redução de 66,1% na Despesa Operacional recorrente do 1T21 em comparação com o 1T20.
- Melhora de R\$ 10,5 milhões no EBITDA ajustado do 1T21 em comparação com o 1T20.
- Em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovado o Plano Aditivo, homologado em 5 de março de 2021, pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo
- Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R\$65 milhões.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 05 de abril de 2021, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, o edital de oferta pública, por meio de certame judicial virtual mediante apresentação de propostas fechadas, para alienação de unidades produtivas isoladas (“UPIs”), expedido nos autos da Recuperação Judicial da Companhia e de sua controlada, conforme previsto no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial. Contudo não houve compradores habilitados e, sequencialmente em 27 de abril de 2021 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico um segundo edital de oferta pública com um novo prazo para habilitação, porém não houve inscritos.
- Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração apresentados pela Procuradoria da Fazenda Nacional estabelecendo a modulação dos efeitos da decisão do RE 574.706/PR. Por maioria de votos concluiu-se pela exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS aplicável de forma retroativa para os contribuintes que ajuizaram ações até 15 de março de 2017, como é o caso da controlada. A Administração da controlada avalia os impactos e a revisão das estimativas de valor e de realização dos créditos, originalmente registrados considerando o ICMS efetivamente recolhido (Solução COSIT 13/18), de acordo com a decisão do STF de 13/5/2021 para as quatro ações ajuizadas em 2006 e 2010 e que tiveram trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado - Ajustado ¹	1T21	1T20	T/T	4T20	T/T
Receita Bruta (Lojas + E-commerce)²	24.108	141.265	-82,9%	40.740	-40,8%
Lojas Físicas	16.872	98.707	-82,9%	33.651	-49,9%
E-commerce	7.236	42.558	-83,0%	7.089	2,1%
Receita Líquida (Lojas + E-commerce)	23.401	136.682	-82,9%	40.274	-41,9%
Lojas Físicas	16.256	95.136	-82,9%	33.160	-51,0%
E-commerce	7.145	41.546	-82,8%	7.114	0,4%
Lucro Bruto	9.967	50.757	-80,4%	18.252	-45,4%
Margem Bruta (%)	42,6%	37,1%	5,5 p.p.	45,3%	-2,7 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes ¹	(26.300)	(77.634)	-66,1%	(34.663)	-24,1%
EBITDA Ajustado¹	(16.334)	(26.877)	-39,2%	(16.411)	-0,5%
Margem EBITDA Ajustada (%) ¹	-69,8%	-19,7%	-50,1 p.p.	-40,7%	-29,1 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas¹	(22.202)	(41.295)	-46,2%	(14.796)	50,1%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) ¹	-94,9%	-30,2%	-64,7 p.p.	-36,7%	-58,1 p.p.
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	1.862	329	466,0%	(2.352)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	(20.340)	(40.966)	-50,3%	(17.148)	18,6%
Margem Líquida Ajustada (%) ¹	-86,9%	-30,0%	-56,9 p.p.	-42,6%	-44,3 p.p.
Crescimento Lojas (SSS)	-65,3%	-19,0%	-46,3 p.p.	-50,1%	-15,2 p.p.
Crescimento E-commerce ²	-83,0%	-48,0%	-35,0 p.p.	-83,0%	0,0 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do Período	38	73	-47,9%	39	-2,6%
Área de Vendas - Final do Período (m ²)	21.041	44.071	-52,3%	21.825	-3,6%

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS

RECEITA – No 1T21 a receita bruta alcançou R\$ 24,1 milhões, queda de 82,9% quando comparada com o 1T20. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 82,9%. Cabe destacar que a redução observada é, principalmente, em função do agravamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19), que ainda impacta fortemente a operação de lojas da Companhia.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas no 1T21, atingiu R\$ 16,9 milhões, o que representa queda de 82,9% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Em termos de lojas comparáveis apresentamos um declínio de 65,3% no mesmo período. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 82,9%.

RECEITA E-COMMERCE – No 1T21 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 83,0% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 82,8%. A Saraiva continua com a estratégia de rentabilidade, por meio de um faturamento menor no canal, porém com maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição para os próximos períodos.

RESULTADO BRUTO – Como reflexo da estratégia de priorização de rentabilidade da Companhia, o lucro bruto ajustado apresentou um ganho de 5,5 p.p. na margem bruta, que passou de 37,1% no 1T20 para 42,6%. Além da estratégia de priorização da rentabilidade no canal online, continuaremos focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que foram descontinuadas.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais recorrentes, incluindo o efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, totalizou R\$ 26,3 milhões no 1T21, apresentando forte redução de 66,1% no trimestre, como reflexo das iniciativas realizadas ao longo dos últimos períodos, e da redução em despesas variáveis em função do menor nível de vendas. Cabe destacar que continuamos focados na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, e já estamos colhendo os frutos das medidas tomadas. Continuamos fazendo ajustes recorrentemente em nossa estrutura visando sempre melhorias de desempenho e produtividade, o que solidifica as bases para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA recorrente, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, e impactado pelos efeitos da pandemia, onde a receita foi fortemente reduzida, totalizou R\$ 16,3 milhões negativos no 1T21, apresentando um ganho de R\$ 10,5 milhões em relação ao 1T20.

Comentário do Desempenho

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

EBITDA	1T21	1T20	T/T	4T20	T/T
Lucro (Prejuízo) Líquido	(20.340)	(40.966)	-50,3%	(17.148)	18,6%
(+) Resultado Financeiro Líquido	5.514	5.290	4,2%	4.225	30,5%
(+) IR & CS	-	4.200	-100,0%	(5.546)	-100,0%
(+) Depreciação e Amortiz.	357	4.931	-92,8%	(278)	-
(+) Res. Liq. das Op. Descontinuadas/Outros	(1.864)	(333)	459,8%	2.337	-
EBITDA	(16.334)	(26.877)	-39,2%	(16.411)	-0,5%
Margem EBITDA (%)	-69,8%	-19,7%	-50,1 p.p.	-40,7%	-29,1 p.p.

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório

CAPITAL DE GIRO* – O prazo médio de recebimento passou de 22 dias no 1T20 para 23 dias no 1T21. O prazo médio de cobertura de estoques aumentou em 95 dias, passando de 92 dias no 1T20 para 192 dias no 1T21.

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) - IFRS 16, foi uma despesa de R\$ 5,5 milhão no primeiro trimestre de 2020, representando uma redução de 4,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 20,3 milhões no 1T21.

INVESTIMENTOS (CAPEX) – Não houve investimento no período.

LIQUIDEZ – Em 31 de março de 2021, o saldo total de Caixa Disponível, Caixa Bloqueado e Recebíveis de Cartão de Crédito era de R\$ 17,6 milhões, contra R\$ 22,1 milhões em 31 de março de 2020, em virtude, principalmente, das menores vendas realizadas no período, além do impacto de categorias descontinuadas e de despesas extraordinárias de reestruturação.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 31 de março de 2021, que somava R\$ 150,2 milhões, contra R\$ 134,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 140,1 milhões em 31 de março de 2020. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 1T21 com uma dívida líquida de R\$ 148,9 milhões contra R\$ 130,7 milhões no 4T20, e R\$ 134,8 milhões no 1T20.

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Consolidado – Ajustado ¹	1T21	1T20	T/T	4T20	A/A
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos	166.556	156.903	6,2%	163.019	2,2%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	-	-	-	-	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	16.307	16.797	-2,9%	28.603	-43,0%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	150.249	140.106	7,2%	134.416	11,8%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	1.322	5.330	-75,2%	3.729	-64,5%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	148.927	134.776	10,5%	130.687	14,0%

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

NOSSAS LOJAS – No 1T21 a Saraiva contava com 38 lojas ativas.

Notas Explicativas

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O TRIMESTRE ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, artigos de papelaria e games. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 38 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e sua controlada estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de Credores e à homologação judicial, que foi aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021 (Nota explicativa 31).

Em paralelo, a Companhia continua com a implementação do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Plano Aditivo, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia e sua controlada, por meio da inserção de uma cultura de reestruturação e está baseado nos seguintes projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento
- Full e-commerce
- Otimização do Back-office
- Reestruturação do parque de lojas

Os projetos contribuirão para tornar a Companhia mais enxuta e eficiente sem comprometer a operação.

O aumento dos casos de Covid 19 no primeiro trimestre de 2021 exigiram maior rigidez das medidas de restrição impostas pelas autoridades governamentais, especialmente no mês de abril. Diante disso, a Administração da Companhia e de sua controlada, manteve as medidas adotadas para enfrentamento dos impactos da pandemia divulgadas nas demonstrações contábeis publicadas em 31 de março de 2021, observando atentamente a todas as orientações e

Notas Explicativas

protocolos de segurança definidos pelos governos estaduais. Os impactos trazidos para a operação em decorrência das medidas de restrição adotadas ainda serão dimensionados pela Administração.

A Administração está mobilizada para a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso da recuperação judicial, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confia na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às informações contábeis individuais não diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado nas demonstrações separadas.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para a gestão da Administração da Companhia e sua controlada.

As bases de preparação e apresentação para as informações contábeis intermediárias da Controladora e do Varejo, relacionadas à mensuração, moeda funcional e fontes de julgamentos e estimativas são as mesmas divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (nota explicativa nº 2), publicadas em 31 de março de 2021.

Na reunião de Diretoria realizada em 14 de maio de 2021 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de março de 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (nota explicativa nº 3), publicadas em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas

O resultado das operações descontinuadas apresentado no período compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

As novas normas e interpretações ainda não efetivas: Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37). - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). - Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1), não foram adotadas pela Companhia e não são esperados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Caixa e bancos - conta movimento	<u>15.321</u>	<u>121</u>	<u>16.307</u>	<u>28.603</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Títulos a receber	1.901	3.988
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>1.326</u>	<u>3.736</u>
	3.227	7.724
Perda esperada	<u>(391)</u>	<u>(391)</u>
	<u>2.836</u>	<u>7.333</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 23 dias (18 dias em 31 de dezembro de 2020). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Rede, PagSeguro e Edenred Ticket.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente (Nota explicativa 3f).

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Notas Explicativas

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
A vencer	1.326	4.240
Vencidos:		
Até 60 dias	456	836
De 61 a 90 dias	201	368
De 91 a 180 dias	1.029	1.886
Acima de 180 dias	<u>215</u>	<u>394</u>
	<u>3.227</u>	<u>7.724</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado das perdas registradas no resultado são respectivamente: R\$93 e R\$120 para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Mercadorias para revenda	37.864	51.245
(-) Perda com obsolescência	<u>(11.692)</u>	<u>(5.596)</u>
	<u>26.172</u>	<u>45.649</u>

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$44.318 (R\$41.961 em 31 de dezembro de 2020). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

Notas Explicativas

No trimestre findo em 31 de março de 2021, não foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A provisão constituída para o trimestre encerrado em 31 de março de 2021, no montante de R\$6.096 está relacionada, substancialmente, aos baixos volumes de vendas e compras no período de maior impacto da pandemia.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.672	1.687	7.018	7.681
Programa de Integração Social - PIS (ii)	22	25	1.684	1.598
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii)	1.809	2.033	6.913	7.706
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL (iii)	1.975	1.968	4.659	4.716
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	55.595	55.656
Outros	179	179	261	531
	<u>5.657</u>	<u>5.892</u>	<u>76.130</u>	<u>77.888</u>
Ativo circulante	179	179	55.627	33.309
Ativo não circulante	5.478	5.713	20.503	44.579
	<u>5.657</u>	<u>5.892</u>	<u>76.130</u>	<u>77.888</u>

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$55.595 de ICMS (R\$55.656, em 31 de dezembro de 2020), líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$45.777 (R\$45.777 em 31 de dezembro de 2020). Estão em curso, medidas administrativas endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados de ICMS por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$54.700, líquidos de perda ao valor de realização de R\$9.653, dos quais o Varejo estima realizar a totalidade via processo administrativo. Em 17 de março de 2021, a Companhia foi formalmente notificada sobre o deferimento do processo administrativo, resultando um crédito de ICMS no montante de R\$65.023.

Notas Explicativas

- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$7.009 (R\$7.568 em 31 de dezembro de 2020), líquidos de perda ao valor de realização de R\$152.008 (R\$151.987 em 31 de dezembro de 2020), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2021, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 em quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. O montante do crédito constituído de acordo com a Solução COSIT 13/18 e estimado de realização para todas as ações é de R\$5.688 (R\$5.688 em 31 de dezembro de 2020), líquidos de perda ao valor de realização de R\$8.532 (R\$8.532 em 31 de dezembro de 2020) A Administração avalia os impactos e a revisão das estimativas de valor e de realização dos créditos, de acordo com a decisão proferida no julgamento dos embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional ocorrido em 13 de maio de 2021 (Nota explicativa nº 32).

- (iii) Representado por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

A Administração estimou perda na realização de créditos tributários no montante de R\$111.109 (111.088 em 31 de dezembro de 2020).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

- b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.483)	(412.082)	(20.485)	(412.115)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	6.964	140.108	6.965	140.119
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	-	(11)	(1.441)	(13.992)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(6.443)	(138.393)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(521)</u>	<u>(1.704)</u>	<u>(5.524)</u>	<u>(126.127)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; e empréstimo de mútuo.

O Instituto Jorge Saraiva encerrou suas atividades em março de 2020. As doações realizadas em espécie foram destinadas às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício de encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas doações.

Empréstimos de mútuo concedidos para a controlada:

	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Saldos no início do exercício	61.875	-
Empréstimos concedidos		
líquidos dos recebimentos	683	69.701
Pagamentos efetuados	(17.882)	(8.799)
Receitas financeiras	<u>321</u>	<u>973</u>
Saldos no fim do período	<u>44.997</u>	<u>61.875</u>

Notas Explicativas

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Pró-labore do conselho de administração	271	301	294	329
Pró-labore da diretoria	4	5	188	255
Subtotal	275	306	482	584
Outras remunerações	64	89	115	161
	<u>339</u>	<u>395</u>	<u>597</u>	<u>745</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	<u>(573.871)</u>	<u>(554.919)</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(573.824)</u>	<u>(554.874)</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	<u>(18.952)</u>	<u>(48.301)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(18.951)</u>	<u>(48.297)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Saldo no início do exercício	-	-
Participação no resultado do Varejo	(18.951)	(407.039)
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante	<u>18.951</u>	<u>407.039</u>
Saldo no fim do período/exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Ativo total	228.218	291.051
Passivo circulante e não circulante	802.089	845.970
Patrimônio líquido	(573.871)	(554.919)
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Receita operacional líquida	23.401	136.682
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(19.884)</u>	<u>(85.925)</u>
Lucro bruto	3.517	50.757
Despesas operacionais	(18.760)	(66.858)
Depreciações	(4.916)	(15.996)
Outras	<u>9.045</u>	<u>(4.532)</u>
Resultado operacional	(11.114)	(36.629)
Resultado financeiro	<u>(7.838)</u>	<u>(11.672)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>(18.952)</u>	<u>(48.301)</u>
Prejuízo líquido	<u>(18.952)</u>	<u>(48.301)</u>

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora					
		31/03/21			31/12/20		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	679	(679)	-
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.371)	119	2.490	(2.359)	131
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.401)	20	5.421	(5.399)	22
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.387)	-	12.387	(12.387)	-
		<u>20.977</u>	<u>(20.838)</u>	<u>139</u>	<u>20.977</u>	<u>(20.824)</u>	<u>153</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado					
		31/03/21			31/12/20		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.055	(1.054)	1	1.080	(1.079)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	26.954	(23.446)	3.508	28.599	(24.727)	3.872
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	65.214	(59.277)	5.937	70.306	(63.837)	6.469
Equipamentos de informática	20	32.899	(31.478)	1.421	33.564	(31.824)	1.740
Direito de uso em Arrendamento		133.201	(37.114)	96.087	137.285	(35.753)	101.532
		<u>259.323</u>	<u>(152.369)</u>	<u>106.954</u>	<u>270.834</u>	<u>(157.220)</u>	<u>113.614</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora		
	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/21</u>
Custo:			
Máquinas e equipamentos	679	-	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	5.421
Equipamentos de informática	<u>12.387</u>	-	<u>12.387</u>
Total do custo	<u>20.977</u>	-	<u>20.977</u>
Depreciação acumulada:			
Máquinas e equipamentos	(679)	-	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.359)	(12)	(2.371)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.399)	(2)	(5.401)
Equipamentos de informática	<u>(12.387)</u>	-	<u>(12.387)</u>
Total da depreciação	<u>(20.824)</u>	<u>(14)</u>	<u>(20.838)</u>
Valor líquido	<u>153</u>	<u>(14)</u>	<u>139</u>

Notas Explicativas

	Consolidado				
	31/12/20	Adições	Baixas	Perda por redução ao valor recuperável	31/03/21
Custo:					
Máquinas e equipamentos	1.080	-	-	(25)	1.055
Móveis, utensílios e instalações	28.599	-	-	(1.645)	26.954
Benfeitorias em imóveis de terceiros	70.306	-	-	(5.092)	65.214
Equipamentos de informática	33.564	-	-	(665)	32.899
Direito de uso em arrendamento	137.285	3.373	(524)	(6.933)	133.201
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Total do custo	270.834	3.373	(524)	(14.360)	259.323
Depreciação acumulada:					
Máquinas e equipamentos	(1.079)	-	-	25	(1.054)
Móveis, utensílios e instalações	(24.727)	(244)	-	1.525	(23.446)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(63.837)	(529)	-	5.089	(59.277)
Equipamentos de informática	(31.824)	(283)	-	629	(31.478)
Direito de uso em arrendamento	(35.753)	(4.130)	95	2.674	(37.114)
Total da depreciação	(157.220)	(5.186)	95	9.942	(152.369)
Valor líquido	113.614	(1.813)	(429)	(4.418)	106.954

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede, temporariamente fechadas em observância as orientações governamentais por conta da Covid-19. No trimestre findo em 31 de março de 2021, foi estimada reversão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos do Varejo, no montante de R\$336 (perda estimada no montante de R\$6.042 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Controladora					
		31/03/21			31/12/20		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	710	(710)	-	710	(710)	-

Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado					
		31/03/21			31/12/20		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Cessão comercial	20	7.328	(7.328)	-	10.085	(10.085)	-
Software	20	88.682	(88.682)	-	88.738	(88.738)	-
		<u>96.010</u>	<u>(96.010)</u>	<u>-</u>	<u>98.823</u>	<u>(98.823)</u>	<u>-</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	Controladora	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/03/21</u>
Custo:		
Software	<u>710</u>	<u>710</u>
Amortização acumulada:		
Software	<u>(710)</u>	<u>(710)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>
	Consolidado	
	Perda por redução ao valor recuperável	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/03/21</u>
Custo:		
Cessão comercial	10.085	(2.757)
Software	88.738	(56)
Marcas e patentes	-	-
Total do custo	<u>98.823</u>	<u>(2.813)</u>
Amortização acumulada:		
Cessão comercial	(10.085)	2.757
Software	<u>(88.738)</u>	<u>56</u>
Total da amortização	<u>(98.823)</u>	<u>2.813</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No trimestre findo em 31 de

Notas Explicativas

março de 2021, a Administração não identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas para o intangível do Varejo (R\$67.182 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	159.561	156.020
Arrendamento financeiro	6.995	6.998
	<u>166.556</u>	<u>163.018</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	106.548	113.659
	<u>273.104</u>	<u>276.677</u>
Passivo circulante	59.242	52.816
Passivo não circulante	<u>213.862</u>	<u>223.861</u>
	<u>273.104</u>	<u>276.677</u>

Empréstimos e financiamentos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Abr/2025	Aval Controladora, Imóvel e Aplicação Financeira	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2021

Descrição	31/12/20	Adições		Pagamentos principal e juros	Remensuração do passivo de arrendamento	31/03/21
		(Baixas)	Encargos			
Empréstimos - capital de giro	156.020	-	3.541	-	-	159.561
Arrendamento financeiro	6.998	-	67	(70)	-	6.995
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	113.659	2.944	2.299	(7.600)	(4.754)	106.548
	<u>276.677</u>	<u>2.944</u>	<u>5.907</u>	<u>(7.670)</u>	<u>(4.754)</u>	<u>273.104</u>

Notas Explicativas

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

A Companhia e o Varejo adotaram a partir de 1 de janeiro de 2019, a forma de reconhecimento e mensuração de seus contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento do Varejo é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos aluguéis em contrapartida do direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$4.130 (nota explicativa 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No trimestre findo em 31 de março de 2021, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$2.461.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>31/03/21</u>
Até 1 ano	25.061
De 1 ano a 5 anos	87.034
Mais que 5 anos	<u>39.526</u>
Total	<u><u>151.621</u></u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a</u> <u>valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	151.621	106.548
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(12.837)</u>	<u>(9.021)</u>
	<u><u>138.784</u></u>	<u><u>97.527</u></u>

Notas Explicativas

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de Arrendamento</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>31/03/21</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>31/03/21</u>
Direito de uso	133.201	Passivo de arrendamento	139.217
Depreciação	<u>(37.114)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(32.669)</u>
	<u>96.087</u>		<u>106.548</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/03/21</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/03/21</u>
Direito de uso	140.194	Passivo de arrendamento	146.525
Depreciação	<u>(39.062)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(34.384)</u>
	<u>101.132</u>		<u>112.142</u>

Outras informações sobre os arrendamentos mercantis

Direito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/20	101.532
Adições / baixas	2.944
Amortização	(4.130)
Remensuração do ativo de arrendamento	<u>(4.259)</u>
Saldos em 31/03/21	<u>96.087</u>

Notas ExplicativasPassivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/2019	113.659
Juros incorridos	2.299
Pagamentos realizados	(7.600)
Adições / baixas	2.944
Remensuração do passivo de arrendamento	<u>(4.754)</u>
Saldos em 31/03/2021	<u>106.548</u>

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de março de 2021, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$1.030 (R\$997 em 31 de dezembro de 2020).

15. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Fornecedor - nacional	218	1.254	75.732	104.148
Fornecedor - exterior	-	-	229	246
	<u>218</u>	<u>1.254</u>	<u>75.961</u>	<u>104.394</u>

Notas Explicativas

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
A vencer	14.902	22.361
Vencidos:		
Até 60 dias	4.473	5.079
De 61 a 90 dias	1.390	1.636
De 91 a 180 dias	3.378	15.720
Acima de 180 dias	<u>51.818</u>	<u>59.598</u>
	<u>75.961</u>	<u>104.394</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	252	92
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	143	131	309	386
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	17	33	(25)	101
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	(3)	17
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	1.274	1.368
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>134</u>	<u>91</u>
	<u>161</u>	<u>165</u>	<u>1.941</u>	<u>2.055</u>
Passivo circulante	160	165	1.187	1.190
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>754</u>	<u>865</u>
	<u>160</u>	<u>165</u>	<u>1.941</u>	<u>2.055</u>

(a) Parcelamentos ordinários instruídos nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$97 (R\$497 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	<u>Controladora</u>			
	<u>31/12/20</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/03/21</u>
Férias	249	4	-	253
Salários a pagar	49	275	(227)	97
FGTS a recolher	20	1	-	21
INSS a recolher	82	62	(81)	63
	<u>400</u>	<u>342</u>	<u>(308)</u>	<u>434</u>

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/20</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/03/21</u>
Férias	2.364	394	(592)	2.166
13º salário	-	321	(32)	289
Salários a pagar	1.903	3.683	(4.618)	968
FGTS a recolher	339	504	(535)	308
INSS a recolher	1.164	971	(1.061)	1.074
	<u>5.770</u>	<u>5.873</u>	<u>(6.838)</u>	<u>4.805</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	<u>Controladora</u>		
	<u>31/12/20</u>	<u>Constituição</u> <u>/(Reversão)</u>	<u>31/03/21</u>
Contingências tributárias (a)	57.119	254	57.373
Contingências trabalhistas	4.346	(1.864)	2.482
Contingências cíveis	695	(688)	7
	<u>62.160</u>	<u>(2.298)</u>	<u>59.862</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/20</u>	<u>Constituição</u> <u>/(Reversão)</u>	<u>31/03/21</u>
Contingências tributárias (a)	221.579	(7.694)	213.885
Contingências trabalhistas	8.666	(1.079)	7.587
Contingências cíveis	13.484	5.826	19.310
ICMS - Auto de infração (b)	1.073	1	1.074
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	<u>2.346</u>	<u>10</u>	<u>2.356</u>
	<u>247.148</u>	<u>(2.936)</u>	<u>244.212</u>

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

- i. Processos administrativos do Varejo, no montante estimado e provisionado de R\$36.663, relacionado a manifestação de inconformidade para despacho decisório que indeferiu Pedidos de Restituição/Compensação de créditos de PIS e COFINS para os períodos base de 2013 a 2015, cuja perda no âmbito administrativo é considerada provável pelos assessores jurídicos do Varejo. O montante provisionado corresponde a parcela utilizada para o pagamento de impostos administrados pela Receita Federal do Brasil. A parcela correspondente aos Pedidos de Restituição/Compensação não utilizada no montante de R\$62.254 de créditos restituíveis, registrada no ativo não circulante foi estimada como perda por redução ao valor de recuperação (Nota explicativa nº 7);
- ii. Constituição de provisão no montante de R\$66.214, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais consideradas essências à atividade do Varejo;
- iii. Ações judiciais da Controladora e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$59.347 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
- iv. Mandados de segurança instruídos para assegurar o direito ao desembaraço aduaneiro do e-reader do Varejo sem o recolhimento dos tributos federais, o montante de R\$6.591;
- v. Autos de infração e imposição de multas para a Controladora, no montante de R\$15.081, envolvendo contribuições previdenciárias;
- vi. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, no montante de R\$18.828.

(b) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Notas ExplicativasDepósitos judiciais

	<u>Controladora</u>		
	Acréscimo/		
	<u>31/12/20</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/03/21</u>
PIS/COFINS (a)	1.004	2	1.006
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.723	26	3.749
Processos judiciais trabalhistas	<u>624</u>	<u>(1)</u>	<u>623</u>
	<u>11.417</u>	<u>27</u>	<u>11.444</u>
	<u>Consolidado</u>		
	Acréscimo/		
	<u>31/12/20</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/03/21</u>
PIS/COFINS (a)	1.004	2	1.006
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	16.021	140	16.161
Processos judiciais trabalhistas	<u>3.315</u>	<u>(3)</u>	<u>3.312</u>
	<u>26.406</u>	<u>139</u>	<u>26.545</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$8.736 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$394.975, sendo R\$248.609 para a Controladora e R\$146.366 para o Varejo (R\$482.206 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$248.120 para a Controladora e R\$234.086 para o Varejo).

Notas Explicativas

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

Natureza dos Processos	Objeto	31/03/21	31/12/20
TRIBUTÁRIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação de ações judiciais	342.878	435.666
CÍVEL	Ações renovatórias e outros processos com objetivos variados	43.679	35.920
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	8.418	10.620
TOTAL		394.975	482.206

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re-ratificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberada (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019, com a emissão de 12.244.309 novas ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$17.754, passando o capital social da Companhia de R\$282.999 para R\$300.753, e (ii) uma nova emissão de bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e em complemento à emissão de bônus de subscrição deliberada pelo CA em 03/11/2019.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26/06/20, 31/07/20, 28/08/20, 05/10/20 e 11/12/20, foram deliberados aumentos de capital por meio do exercício de bônus de subscrição, com emissão de 24.161.925 novas ações (4.832.385 ações ordinárias e 19.329.540 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$1.223, passando o capital social da Companhia de R\$300.753 para R\$301.976.

Em 31 de março de 2021, o capital social da Controladora, no montante de R\$301.976 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2020), está representado por 63.410.194 ações, sendo 23.513.669 ordinárias e 39.896.525 preferenciais (63.410.194 ações em 31 de dezembro de 2020, sendo 23.513.669 e 39.896.525, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do

Notas Explicativas

capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Bônus de subscrição

Nos termos da cláusula 11.6 do Plano de Recuperação Judicial Original, homologado em 4 de setembro de 2019, os credores da Subclasse Credores Fornecedores Incentivadores, que assim optarem no Termo Credor Incentivador – cláusula 11.2.1, do referido plano, farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição que conferirá aos seus titulares o direito de adquirir determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, sendo que quaisquer recursos recebidos pela Companhia em decorrência da emissão ou exercício dos Bônus de Subscrição, inclusive em caso do exercício do direito de preferência pelos acionistas, deverão ser integral e prioritariamente destinados à amortização extraordinária da dívida com os Credores Fornecedores Incentivadores.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram emitidos e utilizados para amortização da dívida 5.816.587 bônus, correspondentes a 29.082.935 ações (5.816.587 ações ordinárias e 23.266.348 ações preferenciais), equivalentes ao montante de R\$54.835.

c) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$15 (R\$0,96 por ação - cotação em 31 de março de 2021).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica

Notas Explicativas

“Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Participação de não controladores:

	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Saldos no início do exercício	(45)	(12)
Participação no resultado do período	<u>(2)</u>	<u>(33)</u>
Saldos no fim do período	<u>(47)</u>	<u>(45)</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	24.514	143.941
(-) Impostos incidentes	(674)	(4.145)
(-) Devoluções	(406)	(2.676)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>(33)</u>	<u>(438)</u>
	<u>23.401</u>	<u>136.682</u>

Notas Explicativas**21. DESPESAS POR NATUREZA**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Mercadorias	-	-	(19.884)	(85.925)
Despesa com pessoal e encargos	(93)	(441)	(7.850)	(29.239)
Honorários dos administradores	(275)	(306)	(482)	(584)
Propaganda e publicidade	-	-	23	(3.064)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	192	(201)
Publicações legais	-	-	(19)	-
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(1.978)	(5.665)
Fretes e embalagens	-	-	(560)	(7.438)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	-	-	(784)	(3.236)
Serviços de informática	-	-	(2.124)	(2.448)
Consultoria e assessoria	(655)	-	(1.644)	(788)
Viagens e estadias	-	-	(10)	(110)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(251)	(2.214)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(93)	(120)
Outras	(3)	(338)	(4.206)	(12.836)
	<u>(1.026)</u>	<u>(1.085)</u>	<u>(39.670)</u>	<u>(153.868)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(19.884)	(85.925)
Despesas com vendas	-	-	(12.197)	(43.770)
Despesas gerais e administrativas	<u>(1.026)</u>	<u>(1.085)</u>	<u>(7.589)</u>	<u>(24.173)</u>
	<u>(1.026)</u>	<u>(1.085)</u>	<u>(39.670)</u>	<u>(153.868)</u>

Notas Explicativas**22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ágio	-	-	-	(2)
Perda por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar	-	-	315	(6.261)
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	(1.533)	(438)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(17)	(7)	(627)	(2.788)
Cartão "private label"	-	-	(4)	(234)
Provisão para contingências	-	-	649	(7.388)
Parcelamento tributos estaduais	-	-	-	(148)
Outras despesas operacionais	<u>(341)</u>	<u>-</u>	<u>(334)</u>	<u>(44)</u>
	<u>(358)</u>	<u>(7)</u>	<u>(1.534)</u>	<u>(17.303)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Resultado na venda de ativo permanente	-	-	24	-
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	3.497	5.565
Constituição de crédito tributário de ação judicial transitada em julgado	-	-	-	407
Acordo com fornecedores para dívidas do exercício anterior	-	-	6.531	-
Ganho na baixa da dívida por meio de bônus de subscrição	-	-	-	6.651
Outras receitas operacionais	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>171</u>	<u>141</u>
	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>10.223</u>	<u>12.764</u>

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	-	-	43	12
Juros sobre empréstimos a controlada	321	70	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	-	3
Juros sobre impostos a recuperar	43	95	137	462
Descontos financeiros obtidos	-	-	750	514
AVP - Credores recuperação judicial	7	-	7	-
	<u>371</u>	<u>165</u>	<u>937</u>	<u>991</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(5.907)	(8.540)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	-	(32)	-	-
pela controladora				
AVP - Credores recuperação judicial	(50)	(25)	(2.186)	(2.758)
Descontos financeiros concedidos	-	-	-	(8)
Outros juros e variações passivas	(39)	(1)	(172)	(1.057)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	-	(13)	(200)	(100)
Outras comissões financeiras	(53)	(52)	(53)	(53)
Outras despesas financeiras	(366)	(86)	(394)	(191)
	<u>(508)</u>	<u>(209)</u>	<u>(8.912)</u>	<u>(12.707)</u>
	<u>(137)</u>	<u>(44)</u>	<u>(7.975)</u>	<u>(11.716)</u>

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de março de 2021, o Varejo possuía 38 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os

Notas Explicativas

referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Arrendamentos mercantis - nota explicativa 21	192	(201)

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de março de 2021 no consolidado é de R\$10.792 (R\$5.609 em 31 de dezembro de 2020).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	<u>LPA - Total</u>			<u>LPA - Continuada</u>			<u>LPA - Descontinuada</u>		
	<u>31/03/21</u>			<u>31/03/21</u>			<u>31/03/21</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(6.902)	(11.719)	(18.621)	(7.592)	(12.890)	(20.482)	690	1.172	1.862
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	23.478	39.816	63.294	23.478	39.816	63.294	23.478	39.816	63.294
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	23.478	39.816	63.294	23.478	39.816	63.294	23.478	39.816	63.294
Prejuízo por ação - básico - R\$	(0,29398)	(0,29432)		(0,32337)	(0,32375)		0,02939	0,02943	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(0,29398)	(0,29432)		(0,32337)	(0,32375)		0,02939	0,02943	

	<u>LPA - Total</u>			<u>LPA - Continuada</u>			<u>LPA - Descontinuada</u>		
	<u>31/03/20</u>			<u>31/03/20</u>			<u>31/03/20</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(24.245)	(26.487)	(50.732)	(23.632)	(25.817)	(49.449)	(613)	(670)	(1.283)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	13.899	18.790	32.689	13.899	18.790	32.689	13.899	18.790	32.689
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	13.899	18.790	32.689	13.899	18.790	32.689	13.899	18.790	32.689
Prejuízo por ação - básico - R\$	(1,74442)	(1,40966)		(1,70032)	(1,37401)		(0,04411)	(0,03564)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(1,74442)	(1,40966)		(1,70032)	(1,37401)		(0,04411)	(0,03564)	

Notas Explicativas

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

Diante dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19), com redução drástica do faturamento pelo fechamento temporário de 100% das lojas físicas desde março de 2020, a Administração apresentou um aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aderente à nova realidade econômica do País como forma de prevenção aos impactos da pandemia e preservação da atividade operacional (Nota explicativa 31)

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Empréstimos e financiamentos e				
credores por recuperação judicial	3.978	3.732	473.672	474.621
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	(60.318)	(61.995)	(16.307)	(28.603)
Dívida líquida	(56.340)	(58.263)	457.365	446.018
Patrimônio líquido	(563.695)	(545.074)	(563.742)	(545.119)
Total	(620.035)	(603.337)	(106.377)	(99.101)
Índice de dívida líquida	9.09%	9.66%	-429.95%	-450.06%

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	15.321	121
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>44.997</u>	<u>61.875</u>
	<u>60.318</u>	<u>61.996</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	218	1.254
Credores por recuperação judicial	3.978	3.732
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.196</u>	<u>4.986</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	16.307	28.603
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>2.836</u>	<u>7.333</u>
	<u>19.143</u>	<u>35.936</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	273.104	276.677
Fornecedores	75.961	104.394
Credores por recuperação judicial	200.568	197.943
Arrendamento mercantil - locação de lojas	10.792	5.609
Outras obrigações	<u>1.257</u>	<u>1.146</u>
	<u>561.682</u>	<u>585.769</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas pelos

Notas Explicativas

seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Controladora e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldo que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do trimestre:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/21</u>
<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos Alta do CDI	<u><u>19.112</u></u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

Notas Explicativas

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo				
	Baixa do CDI	(13)	(33)	(66)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	(49)	(122)	(245)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	(28)	(57)	(105)
Resultado líquido		(90)	(212)	(416)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	15.321	121	16.307	28.603
Contas a receber de clientes	-	-	2.836	7.333
	<u>15.321</u>	<u>121</u>	<u>19.143</u>	<u>35.936</u>

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2021, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$391 (R\$391 em 31 de dezembro de 2020), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	218	-	-	-	218
Credores por recuperação judicial	802	29	86	8.559	9.476

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	75.961	-	-	-	75.961
Credores por recuperação judicial	8.785	7.104	16.136	458.065	490.090
Empréstimos e financiamentos	66.996	55.007	107.839	98.037	327.880
Arrendamento mercantil -					
locação de lojas	10.792	-	-	-	10.792
Outras obrigações	1.257	-	-	-	1.257

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	Consolidado	
	31/03/21	31/12/20
Empréstimos:		
Utilizado	159.560	156.020

Notas Explicativas

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/21</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>8.852</u>

No trimestre findo em 31 de março de 2021, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$53 (R\$53 31 de março de 2020).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>		<u>31/03/21</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	15.321	15.321	16.307	16.307
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	2.836	2.836
Partes relacionadas - contrato de mútuo	44.997	44.997	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	273.104	273.117
Fornecedores	218	218	75.961	75.961
Credores por recuperação judicial	3.978	3.978	200.568	200.568
Arrendamento mercantil -				
locação de lojas	-	-	10.792	10.792
Outras obrigações	-	-	1.257	1.257

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldo decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2021:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>15.321</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.321</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>16.307</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.307</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente ao negócio de varejo de livraria, artigos de papelaria e games.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o trimestre findo em 31 de março:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Receitas (despesas) operacionais	<u>1.862</u>	<u>(1.283)</u>	<u>1.862</u>	<u>(1.283)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>1.862</u>	<u>(1.283)</u>	<u>1.862</u>	<u>(1.283)</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$1.862 (R\$1.283 em 31 de março de 2020) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>2.522</u>	<u>(1.052)</u>	<u>2.522</u>	<u>(1.052)</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>2.522</u>	<u>(1.052)</u>	<u>2.522</u>	<u>(1.052)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Lucros cessantes	40.000	40.000
Incêndio - importância máxima	27.812	27.812
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima		
Execução fiscal	112.321	112.321
Roubo e furto	1.105	1.105
Riscos gerais	16.280	16.280

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1

Notas Explicativas

de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo) protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. O Plano Aditivo está devidamente amparado por laudo de viabilidade econômica e laudo de avaliação dos bens e ativos, apresentados nos autos da Recuperação Judicial.

O Plano Aditivo aprovado objetiva viabilizar o pagamento aos credores e o sucesso do processo de recuperação judicial, garantindo a manutenção da fonte produtora, o emprego dos colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica do País.

Como alternativa para viabilizar a liquidação de parte substancial do passivo, o Plano Aditivo prevê três medidas: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPI’s, quais sejam, operações de Lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano.

Em 31 de março de 2021, o montante da dívida consolidada está composto como segue:

Classes	Não		Total
	Circulante	Circulante	
Classe I	4.042	1.136	5.178
Classe III	37.668	201.438	239.105
Classe IV	-	5.327	5.327
Subclasse fornecedores incentivadores	447	20.447	20.894
Subclasse fornecedores estratégicos	6.706	-	6.706
Subclasse fornecedores locadores	428	68.523	68.951
Total	49.291	296.871	346.161

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R\$145.593 (R\$142.221 em 31 de dezembro de 2020), estão incluídos na Classe III e são apresentados nas informações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Notas ExplicativasMovimentação no trimestre findo em 31 de março de 2021

	<u>31/12/20</u>	<u>AVP</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Outros</u>	<u>31/03/21</u>
Divida	622.392	-	(171)	3.371	618	626.209
Ajuste a valor presente	<u>(282.228)</u>	<u>2.179</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(280.049)</u>
	<u>340.164</u>	<u>2.179</u>	<u>(171)</u>	<u>3.371</u>	<u>618</u>	<u>346.161</u>

A íntegra do Plano Aditivo aprovado com as demais condições e formas de execução, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de abril de 2021, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, o edital de oferta pública, por meio de certame judicial virtual mediante apresentação de propostas fechadas, para alienação de unidades produtivas isoladas (“UPIs”), expedido nos autos da Recuperação Judicial da Companhia e de sua controlada, conforme previsto no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial. Contudo não houve compradores habilitados e, sequencialmente em 27 de abril de 2021 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico um segundo edital de oferta pública com um novo prazo para habilitação, porém não houve inscritos.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração apresentados pela Procuradoria da Fazenda Nacional estabelecendo a modulação dos efeitos da decisão do RE 574.706/PR. Por maioria de votos conclui-se pela exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS aplicável de forma retroativa para os contribuintes que ajuizaram ações até 15 de março de 2017, como é o caso da controlada. A Administração da controlada avalia os impactos e a revisão das estimativas de valor e de realização dos créditos, originalmente registrados considerando o ICMS efetivamente recolhido (Solução COSIT 13/18), de acordo com a decisão do STF de 13/5/2021 para as quatro ações ajuizadas em 2006 e 2010 e que tiveram trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial

São Paulo – SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela comissão de valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Base para abstenção de conclusão

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e os efeitos do aditivo do plano de recuperação judicial na realização dos ativos e liquidação dos passivos

Em decorrência do não atendimento do plano de recuperação judicial anteriormente aprovado pelos credores, em 03 de julho de 2020, a Companhia apresentou um aditivo do plano de recuperação judicial que, dentre outros aspectos, prevê que a viabilidade econômica da Companhia dependerá da aprovação pelos credores de um novo cronograma de amortização da dívida e da alienação de certas Unidades Produtivas Isoladas – UPI (“Site”, “Lojas” ou “Misto”), sendo que os recursos a serem obtidos nesse processo de alienação, deverão ser utilizados para amortização de parte do endividamento existente e reforço de caixa da Companhia. Este aditivo do plano de recuperação judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores dia 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 05 março de 2021.

A viabilidade econômica da Companhia apresentada nesse aditivo do plano de recuperação judicial levou em consideração certas premissas de expectativa de faturamento, geração de caixa, ajustes de custos, entrada de recursos no caixa da Companhia e amortização parcial da dívida decorrentes dos recursos a serem obtidos no leilão das UPIs.

Até a presente data, não foi possível realizar os procedimentos de revisão sobre a viabilidade econômica deste aditivo do plano, em virtude do mesmo depender do sucesso na venda das UPIs por meio de leilão a ser realizado pela Companhia e ao atingimento das metas de vendas e dos custos orçados, os quais poderão ainda ter diversos cenários uma vez que o plano prevê a possibilidade de venda das UPIs de diversas formas (“Site”, “Lojas” e “Misto”). Adicionalmente, as operações da Companhia tem sido significativamente impactadas pela redução das vendas em decorrência da pandemia do Covid-19 e, a partir de meados de março de 2021, ocorreu o fechamento temporário de diversas lojas físicas, devido a entrada em vigor da nova fase vermelha, implementada pelas autoridades governamentais, objetivando reduzir os índices de contaminação da pandemia do Covid-19. Ainda não é possível avaliar o impacto sobre o plano de viabilidade econômica aprovado no atual plano de recuperação judicial.

Em decorrência desse assunto a Companhia deverá apresentar redução significativa nas vendas futuras, impactadas pelo menor número de lojas e/ou vendas on-line em virtude da alienação desses ativos conforme previsto no aditivo do plano de recuperação judicial e, neste contexto, a Companhia deverá atualizar o teste de impairment de certos ativos os quais poderão não mais serem realizados por meio de suas operações, bem como deverá efetuar a baixa do direito de uso e das respectivas obrigações das eventuais lojas objeto de alienação. Também deverá efetuar a revisão de suas dívidas com os credores, com objetivo de reestabelecer um novo fluxo de pagamentos, que será estabelecido com a conclusão do processo de leilão das UPIs, sendo que esses efeitos ainda não são factíveis de serem estimados e, portanto, não foram reconhecidos nestas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Adicionalmente, até a emissão de nosso relatório, a Companhia apresentava em 31 de março de 2021, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 563.695 mil (controladora) e R\$ 563.742 mil (consolidado), capital circulante líquido negativo de R\$ 67.915 mil no consolidado e prejuízo do período de R\$ 18.621 mil (controladora) e R\$ 18.623 mil (consolidado).

Considerando todos os fatores acima os quais envolvem diversas rubricas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, resultando em um cenário de diversas incertezas, e efeitos pervasivos sobre as referidas demonstrações contábeis intermediárias, nos levaram a não nos permitirmos neste momento, concluir quanto a eventuais ajustes de redução ao valor recuperável dos ativos e quais seriam os ajustes nos passivos devido a este cenário, bem como concluir que o pressuposto de continuidade operacional e a correspondente base para a elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas seriam apropriados.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas demonstrações do valor adicionado (DVA).

São Paulo, 14 de maio de 2021

Rafael Dominguez Barros

CT CRC 1 SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de maio de 2021

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

São Paulo, 14 de maio de 2021